

Portaria n.º 20 458

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1964, com os valores seguidamente designados, o orçamento privativo das forças terrestres ultramarinas da província da Guiné:

Receita ordinária:

Contribuição da província:
Do orçamento geral 4 600 000\$00

Complemento da metrópole:

Do Orçamento Geral do Estado — Despesa extraordinária — Encargos Gerais da Nação 22 261 823\$40

Receitas consignadas ao Fundo de Defesa Militar do Ultramar 2 090 000\$00
28 951 823\$40

Despesa ordinária:

Total da despesa (a) 28 951 823\$40

(a) Inclui 2 090 000\$ de consignação de receitas para o Fundo de Defesa Militar do Ultramar.

Presidência do Conselho, 23 de Março de 1964. — O Ministro da Defesa Nacional, *Manuel Gomes de Araújo*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* da Guiné. — *Peizoto Correia*.

Portaria n.º 20 459

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1964, com os valores seguidamente designados, o orçamento privativo das forças navais ultramarinas da província da Guiné:

Receita ordinária:

Contribuição da província:
Do orçamento geral 2 000 000\$00

Complemento da metrópole:

Do Orçamento Geral do Estado — Despesa extraordinária — Encargos Gerais da Nação 11 050 000\$00
13 050 000\$00

Despesa ordinária:

Total da despesa 13 050 000\$00

Presidência do Conselho, 23 de Março de 1964. — O Ministro da Defesa Nacional, *Manuel Gomes de Araújo*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* da Guiné. — *Peizoto Correia*.

Portaria n.º 20 460

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1964, com os valores

seguidamente designados, o orçamento privativo das forças aéreas ultramarinas da província da Guiné:

Receita ordinária:

Contribuição da província:
Do orçamento geral 4 000 000\$00

Complemento da metrópole:

Do Orçamento Geral do Estado — Despesa extraordinária — Encargos Gerais da Nação 19 446 288\$30
23 446 288\$30

Despesa ordinária:

Total da despesa 23 446 288\$30

Presidência do Conselho, 23 de Março de 1964. — O Ministro da Defesa Nacional, *Manuel Gomes de Araújo*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* da Guiné. — *Peizoto Correia*.

Portaria n.º 20 461

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1964, com os valores seguidamente designados, o orçamento privativo das forças terrestres ultramarinas da província de S. Tomé e Príncipe:

Receita ordinária:

Contribuição da província:
Do orçamento geral 2 000 000\$00

Complemento da metrópole:

Do Orçamento Geral do Estado — Despesa extraordinária — Encargos Gerais da Nação 3 000 000\$00

Receitas consignadas ao Fundo de Defesa Militar do Ultramar 1 010 000\$00
6 010 000\$00

Despesa ordinária:

Total da despesa (a) 6 010 000\$00

(a) Inclui 1 010 000\$ de consignação de receitas para o Fundo de Defesa Militar do Ultramar.

Presidência do Conselho, 23 de Março de 1964. — O Ministro da Defesa Nacional, *Manuel Gomes de Araújo*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe. — *Peizoto Correia*.

Portaria n.º 20 462

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1964, com os valores seguidamente designados, o orçamento privativo das forças navais ultramarinas da província de S. Tomé e Príncipe:

Receita ordinária:

Contribuição da província:
Do orçamento geral 600 000\$00

Complemento da metrópole:

Do Orçamento Geral do Estado — Despesa extraordinária — Encargos Gerais da Nação 1 946 500\$00
2 546 500\$00

Despesa ordinária:

Total da despesa	2 546 500\$00
----------------------------	---------------

Presidência do Conselho, 23 de Março de 1964. — O Ministro da Defesa Nacional, *Manuel Gomes de Araújo*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe. — *Peizoto Correia*.

Portaria n.º 20 463

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1964, com os valores seguidamente designados, o orçamento privativo das forças aéreas ultramarinas da província de S. Tomé e Príncipe:

Receita ordinária:

Contribuição da província:	
Do orçamento geral	400 000\$00

Complemento da metrópole:

Do Orçamento Geral do Estado — Despesa extraordinária — Encargos Gerais da Nação	228 721\$00
	628 721\$00

Despesa ordinária:

Total da despesa	628 721\$00
----------------------------	-------------

Presidência do Conselho, 23 de Março de 1964. — O Ministro da Defesa Nacional, *Manuel Gomes de Araújo*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe. — *Peizoto Correia*.

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO

Decreto-Lei n.º 45 620

Encontram-se dispersas e antiquadas as disposições legais relativas à produção e comércio de gorduras e óleos para fins alimentares, pelo que importa reuni-las e actualizá-las em diploma que regulamente as condições de extracção e subsequente fabrico, tendo em vista garantir a necessária inocuidade e a prevenção tanto quanto possível de fraudes.

Não obstante a urgência que se procura imprimir aos trabalhos a que está a proceder-se nesse sentido, conta-se que a complexidade da matéria exija ainda algum tempo para a conclusão dos estudos respectivos. Verifica-se, no entanto, poderem ser desde já definidos requisitos a exigir para a utilização do óleo de germen de milho para fins alimentares directos. E importando, como se refere no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 45 223, de 2 de Setembro de 1963, intensificar os trabalhos sobre a valorização deste cereal, considerou-se haver vantagem em permitir, ainda antes da publicação de um diploma de âmbito mais vasto, que o óleo mencionado, já admitido para fins alimentares pelo Decreto n.º 42 354, de 2 de Julho de 1959, que regula o fabrico de margarina, seja também directamente comestível, estabelecendo-se, para esse efeito, os princípios a que deve obedecer a sua produção e comércio.

A utilização de tal produto para fins alimentares foi ponderada em todos os seus aspectos e tendo em consideração as prescrições relativas à sua inocuidade consideradas indispensáveis pela Direcção-Geral de Saúde. Não se exclui, porém, a hipótese de, após mais completo estudo sobre a matéria, que se procura concluir o mais rapidamente possível, poder vir a ampliar-se o condicionalismo agora estabelecido no que diz respeito a processos de extracção.

Como complemento necessário, enquadram-se as disposições do presente diploma na regulamentação estabelecida no Decreto-Lei n.º 41 204, de 24 de Julho de 1957, com vista à repressão efectiva das possíveis infracções.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O óleo de germen de milho é considerado directamente comestível.

§ único. Dá-se o nome de óleo de germen de milho, ou simplesmente de óleo de milho, à gordura do germen da semente de *Zea mays*, L.

Art. 2.º Por portaria do Secretário de Estado do Comércio, ouvidas a Direcção-Geral de Saúde, a Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, o Instituto Português de Conservas de Peixe, a Junta Nacional do Azeite e entidades representativas da indústria, o óleo de germen de milho poderá ser considerado comestível para os efeitos previstos no artigo 5.º do Decreto n.º 17 774, de 18 de Dezembro de 1929.

Art. 3.º Para o efeito estabelecido no artigo 1.º, o óleo de germen de milho terá de obedecer às seguintes condições:

1.ª Ser extraído apenas por processos mecânicos e tratamentos de decantação, lavagem, centrifugação e filtração, sem que intervenham quaisquer substâncias além da água;

2.ª Ser refinado sem intervenção de solventes ou quaisquer outras operações, além da desmucilaginação pelo fosfato trissódico, neutralização por lixívia alcalina aquosa, com subsequente lavagem pela água, descoloração por terras e carvão activados, desodorização pelo vapor de água e filtração.

Art. 4.º Enquanto não forem fixadas as bases oficiais da apreciação e classificação a que deverá obedecer o óleo de germen de milho destinado a fins alimentares, propostas pela Comissão Técnica dos Métodos Químico-Analíticos, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 34 630, de 24 de Novembro de 1949, e do n.º 6.º da Portaria n.º 13 201, de 19 de Junho de 1950, seguir-se-ão, a título provisório, as seguintes:

- a) Aspecto: límpido;
- b) Cor: amarelo-clara ou extinta;
- c) Aroma: extinto ou *sui generis* atenuado;
- d) Sabor: insípido ou *sui generis* atenuado;
- e) Impurezas insolúveis no éter do petróleo: nulas;
- f) Insaponificável: máximo 2 por cento;
- g) Acidez, expressa em ácido oleico: máximo 0,3 por cento;
- h) Índice de saponificação: 184 a 193;
- i) Índice do iodo (Hanus): 103 a 128;
- j) Investigação de gordura semi-sicativa: positiva.

Art. 5.º Não é permitido:

1.º Extrair ou refinar óleo de germen de milho para fins alimentares fora das condições estabelecidas no artigo 3.º;